

Contribuições dos desenhos animados para Educação Ambiental em sala de aula¹

Iris TOMITA²

Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO, Guarapuava, PR

Resumo

Desde a década de 1980 o termo “Sociedade de Consumo” tem ganhado notoriedade não somente pelos aspectos que envolvem as relações de consumo, mas também sobre suas consequências. Desde então, as questões ecológicas vêm ganhando espaço nos debates políticos, sociais e também na mídia. Se, de um lado, os produtos midiáticos são alvos de críticas por incentivar o consumismo, de outro, os produtos midiáticos podem, também, contribuir positivamente para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis para a sustentabilidade. E é por esse objetivo que, por meio de estudo bibliográfico sobre a Educação Ambiental e pelo compartilhamento de experiências de investigação sobre o uso do desenho animado, procura-se identificar de que forma os elementos da linguagem audiovisual de animações podem contribuir para a Educação Ambiental na Educação Infantil.

Palavras-chave: desenho animado; consumo; educação ambiental; educação infantil.

Apresentação

As questões ambientais têm ganhado espaço nos debates sociais provocando debates de naturezas diversas. Nesse debate, as relações de consumo ganham centralidade por associá-lo à destruição e ao prejuízo do equilíbrio natural. O meio ambiente vem sofrendo uma progressiva degradação, o que contribui para preocupações sobre os níveis ameaçadores que podem comprometer a qualidade de vida. O rápido crescimento desordenado da exploração de recursos naturais fragiliza o equilíbrio do ecossistema e pode desencadear uma série de consequências irreversíveis que serão sensivelmente percebidas na queda de qualidade de vida da população. Preocupados com a situação, ambientalistas alertam que se não houver mudanças de atitudes em relação à forma como o homem se relaciona com o meio ambiente, corremos o risco de não garantirmos uma qualidade de vida minimamente sustentável.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Publicitária, Mestre e Doutora em Educação. Professora Adjunta na Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, iris@unicentro.br

A percepção da relação do homem com a natureza foi gradativamente distanciada, promovendo a sensação de que pequenas atitudes não fazem diferença direta na natureza. Observa-se que existe preocupação com as consequências, mas elas podem parecer distantes e somente coisas de problemas futuros, como se não afetassem o presente.

Nesse sentido, lideranças nacionais e mundiais, a exemplo da UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, têm buscado esforços para organizar alternativas de políticas públicas que possibilitem a preservação da qualidade de vida, sob o risco da extinção de espécies da vida terrestre essenciais para o equilíbrio do ecossistema. Com base nesses esforços, surge a importância da Educação Ambiental, sendo considerado o meio ambiente ecologicamente equilibrado um direito preservado na Constituição de 1988, bem como é considerado um componente essencial na educação em todos os níveis de ensino.

Penteado (1994) orienta que a Educação Ambiental pode percorrer de forma transdisciplinar por todas as áreas de conhecimento escolares para possibilitar o desenvolvimento de competências para conhecer criticamente o espaço em que o aluno vive. Um dos recursos possíveis para viabilizar o acesso aos conhecimentos sobre os saberes das questões ecológicas é por meio da utilização de desenhos animados. Em busca das possibilidades proporcionadas por esse recurso midiático, procura-se por meio da metodologia de pesquisa bibliográfica e relatos de experiências com análise de conteúdo para verificar de que forma os elementos da linguagem audiovisual contribuem para a disseminação de conhecimentos sobre o ambiente sustentável.

Meio Ambiente e a preocupação com a sustentabilidade

“[...] O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A preocupação da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado” (Carta da Terra, 2000)

O equilíbrio do ecossistema depende de uma relação de respeito recíproco entre todos os seres vivo que coexistem na biosfera, pois são “conjuntos articulados e organizadores de comunidades de seres que vivem e interagem em determinada região e de fatores que atuam sobre essas comunidades” (OLIVEIRA, SATO, 2010, p. 24).

A finitude dos recursos naturais que não atenderia as demandas da humanidade é gerada pelo crescimento demográfico e pelos avanço desenfreado dos processos industriais de consumo em grande escala. A degradação ambiental impulsionada pelo consumismo, pela poluição do ar gerada pela industrialização, aquecimento global, escassez de água, entre outras degradações contribuem para o desequilíbrio da biodiversidade, comprometendo a vida no presente e no futuro.

O aumento da temperatura e as mudanças climáticas tem íntima relação com o impacto da ação humana sobre a natureza. A percepção desse impacto é sensivelmente percebida em noticiários que divulgam catástrofes geradas em diversas partes do mundo sobre as mudanças climáticas, temperaturas antes inimagináveis, tornados, ventanias, que geram prejuízos em diversos aspectos.

Há, nesse sentido, a necessidade de mudanças de atitude e ações individuais e coletivas para evitar o risco de comprometer o suprimento da água, o equilíbrio climático, a saúde e às necessidades indispensáveis para a sobrevivência.

Norteadores da Educação Ambiental

Diante dos impactos gerados pela exploração dos recursos naturais, proposições que visam promover reflexões sobre o meio ambiente são essenciais dentro do ambiente escolar, sobretudo por ser um espaço privilegiado para o debate para uma visão crítica da realidade em que se vive. Nesse sentido, a Educação Ambiental faz refletir sobre as mudanças significativas pelas quais o meio em que vivemos tem avançado. Freire (2003) alerta sobre a forma como o ser humano tem se relacionado com a natureza, a falta de sensibilidade e insensatez na forma como a natureza é degradada faz emergir e urgir ações pedagógicas de Educação Ambiental que seja além de conteúdos, mas de conscientização sobre os valores da vida, lembrando que os seres humanos são também parte da natureza.

Nas palavras de Segura (2001), a educação sugere troca de saberes do indivíduo com o mundo e do indivíduo com outros indivíduos e, nessa relação de trocas, o termo “ambiental” contribui para temperar as trocas no sentido de aprimorar “a percepção sobre a natureza e a forma como os humanos interagem entre si e com ela” (p. 43), ou seja, buscase pela Educação Ambiental a formação de sujeitos a partir do intercâmbio dele com o mundo e com os outros sujeitos.

O Programa Nacional de Educação Ambiental, ProNEA, entende que a educação ambiental contribui para a construção de sociedades sustentáveis com o intuito de proporcionar acesso permanente à qualidade de vida, pautado em Decretos de consolidação de secretarias especiais sobre o meio ambiente, a exemplo do Decreto n. 73.030/1973, legislações que estabelecem a inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, como a Lei n. 6928/1981, e assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases, LDB n. 9394/1996, que organiza a estruturação dos aspectos educacionais. Além do âmbito legal, há esforços de órgãos não-governamentais sobre o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Carta da Terra, Agenda 21, Fórum Global.

A UNESCO e Nações Unidas instituíram o período de 2005 a 2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, ao reconhecer a relevância da educação no sentido de enfrentar os desafios diante das problemáticas socioambientais. Esse reconhecimento foi fruto de um amadurecimento de ações e discussões sobre o estabelecimento de medidas para combater o aquecimento global, a exemplo do encontro que estabeleceu o Protocolo de Kyoto, em 1997, o encontro em Copenhague em 2009.

Embora muito bem defendido por Canclini (1996) que não podemos restringir o conceito de consumo aos seus aspectos negativos por proporcionar também o compartilhamento do repertório cultural, não podemos deixar de lembrar que o incentivo ao consumo desenfreado tem relação intimamente ligada ao contexto em que o meio ambiente se encontra, tendo em vista a apropriação de bens e produtos pautada na lógica do consumo e do mercado que contribui para a aceleração de situações irreversíveis do sistema natural.

Segundo a Lei 9.795/1999, que define a Educação Ambiental, a Educação Ambiental pode ser compreendida como processo pela qual indivíduo e a coletividade constroem valores sociais voltadas à conservação do meio ambiente em vista à qualidade de vida e sua sustentabilidade. A legislação vigente orienta que a Educação Ambiental é componente obrigatório em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior.

Considerando que a conscientização sobre as questões ambientais não ocorre de forma repentina, a introdução da sensibilização desde a Educação Infantil promove nas crianças o respeito pela natureza que, gradativamente, possibilita o espírito de responsabilidade e de conscientização para a sustentabilidade social, ambiental, política e ética. A LDB estabelece que “a compreensão ambiental natural e social do sistema política,

da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade [...] e que o ensino fundamental e médio devem abranger, obrigatoriamente, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, em especial do Brasil”. A efetivação das práticas das diretrizes que norteiam a Educação Ambiental pressupõe o engajamento coletivo escolar para a transformação da realidade.

Alternativas para a Educação Ambiental na Educação Infantil

Na década de 1990, as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais já norteavam as ações de Educação Ambiental nas escolas para a elaboração dos Projetos Pedagógicos, bem como o Parecer CEN/CP n. 2/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental orientam ações pedagógicas que contribuam para a cidadania e para o cuidado com o meio ambiental local e global.

A Educação Ambiental está dentro das propostas temáticas dos Temas Transversais surgiram da emergência social no ensino fundamental de favorecer a compreensão da realidade com o compromisso para a construção responsável da cidadania elegendo, além do Meio Ambiente, questões como a Ética, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo (BRASIL, 1997).

Por ser a escola um espaço de troca de saberes e experiências, da relevância do papel singular do professor nas mediações para a formação humana, é um rico lugar para discussões sobre os problemas sociais que envolvem a vida no cotidiano, como um espaço sustentável para envolver e estimular o comprometimento do coletivo para o alcance de atitudes e comportamentos sustentáveis.

Por essas orientações, encontramos nos recursos tecnológicos de comunicação um diálogo favorável para tratar de assuntos transversais, pois os produtos são caracteristicamente ricos em elementos interdisciplinares. Entre os diversos recursos midiáticos disponíveis para se trabalhar nas atividades escolares, os audiovisuais ganham espaço de interesse desde que a linguagem audiovisual esteja alinhada à temática trabalhada em sala de aula.

Ao lançar mão de recursos audiovisuais educacionais, deve-se considerar que sua utilização não se restringe ao domínio técnico e instrumental, pois deve, acima de tudo, favorecer a participação para a produção de conhecimentos a partir da relação aluno e meio

e aluno com outros alunos, conforme previsto nos conceitos da Educação Ambiental. Nesse sentido, a Educação Ambiental amparada por esses recursos devem integrar os conhecimentos numa perspectiva local e global, a fim de minimizar o pensamento de que ações individuais não fazem diferença de forma direta. A própria riqueza de elementos de análise extraíveis dos recursos audiovisuais contribui para a compreensão e aprendizagem da percepção do mundo, envolvendo sons, imagens, movimentos.

Os recursos tecnológicos de comunicação promovem a interação de professores e alunos no sentido de aproximar o processo de ensino e aprendizagem ao cotidiano que o aluno está inserido.

A multissensorialidade proporcionada pelos recursos de animação, de desenhos animados tem potencial de efeitos positivos no processo de ensino e de aprendizagem, no sentido de aproximar dos alunos por recursos lúdicos. Diante dos diversos desafios que a escola enfrenta para debater as questões ambientais, a biodiversidade e as mudanças climáticas, a utilização desses recursos permite que por palavras e imagens, pelos sons e musicalidades, pela razão e pela emoção, valores e comportamentos para a construção de uma sociedade mais sustentável seja viabilizada.

Os debates e os comentários gerados pela animação favorecem o desenvolvimento de habilidades de comunicar, informar, deduzir, para levar o aluno a compreender a realidade em que vive. Isso leva a um olhar diferenciado sobre a educação, pois a animação estimula a criatividade e a imaginação.

Vale destacar a relevância de incluir os conteúdos relacionados à temática das questões ambientais desde a Educação Infantil, tendo em vista que já nas primeiras séries da vida escolar a sensibilidade e a percepção dos conceitos de respeito do ser humano à natureza podem ser desenvolvidas com o intuito de iniciar ações para a sensibilidade para chegar à vida adulta com a conscientização da importância do papel do aluno como cidadão responsável pela sustentabilidade.

Animações e Educação Ambiental na Educação Infantil: relato de experiências

O cuidado com o meio em que vivemos e a responsabilidade por respeitar os recursos naturais são os objetivos de sensibilização esperadas nas ações escolares da Educação Ambiental. Com vistas à formação de cidadãos críticos, procura-se aqui destacar

experiências realizadas por professores na análise de produtos de animação sobre a Educação Ambiental voltada para as crianças.

Algumas animações disponíveis apresentam a temática para convidar crianças a participarem do debate favorecendo a sensibilização sobre as questões ambientais, a exemplo das experiências relatadas por Huertas (2014) sobre as animações de “Wall-e”, que apresenta uma situação em que o plano ficou inabitável devido à grande quantidade de lixo gerada pelas pessoas e, na animação, o robô Wall-e foi criado para compactar o lixo enquanto os seres humanos guardam a esperança de poderem retornar ao planeta. Em “Rango”, o protagonista é um camaleão da cidade que sofre um acidente e vai a um lugar empoeirado e a água é sobrevalorizada. Nessa animação, são trabalhados os temas ambientais com foco na importância da água para a sobrevivência das pessoas. Ainda, “os sem-floresta” apresenta que ao despertarem de um período hibernados, alguns animais percebem que parte da floresta havia desaparecido para dar lugar a prédios, causando assim, a escassez do recurso antes naturalmente garantido na floresta.

Outros desenhos animados como o vídeo “Um plano para salvar o planeta”, desenvolvido pela produção de Maurício de Sousa, com a Turma da Mônica, tratam das questões da degradação do meio ambiente e demonstram como pequenas atitudes individuais e coletivas podem contribuir para minimizar as problemáticas da poluição, visando a melhoria da qualidade de vida. A análise qualitativa dos elementos estruturantes da linguagem audiovisual pela simultaneidade das palavras, músicas, imagens, movimentos, cores, é possível didaticamente relacionar o filme às questões do meio ambiente e de uma sociedade sustentável.

Giovanni (2014) comenta em sua análise que, conforme a Lei n. 17.505/2013, os materiais pedagógicos devem desenvolver uma “educação cidadã, crítica e participativa”, na medida que problematiza as questões do meio ambiente e sua relação com a sobrevivência da humanidade. Os pequenos personagens do desenho de animação apresentam suas percepções sobre a situação do meio em que estão inseridos na historinha, comparando como era a natureza antes da intervenção humana irresponsável, a exemplo do momento em que um personagem comenta que “temos que arranjar um jeito de achar a solução, e depressa, depressa, pra salvar a natureza, ter de volta a beleza, na cidade e no sertão”. Essa apresentação foi analisada como uma referência para alinhar o desenho ao previsto no Plano Nacional de Educação, PNE, pela Lei n. 9795/99 que norteia a Educação

Ambiental como relevante para “promover ações e práticas educativas objetivando a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais”.

A sensibilização é convocada na medida em que o conhecimento e o compartilhamentos dos saberes estão presentes na sugestão de ações coletivas que visem resolver os problemas identificados. Para haver mudanças, é imprescindível que o conceito de cidadania ambiental esteja atrelado ao engajamento na transformação da realidade em que os sujeitos estão inseridos.

A utilização e a escolha do desenho animado da Turma da Mônica é adequada para a faixa etária que reconhece nos personagens familiaridade e a sensação de batalharem juntos por um mesmo ideal. Como um grito de guerra, a personagem Mônica convida para esses espírito coletivo ao dizer: “se vamos melhorar o mundo, vamos começar pelo lugar onde moramos”. Esse convite para estimular pequenas ações para um objetivo maior vem ao encontro das orientações de que o valor está na ação quando a escola “incentiva a cidadania ambiental, estimulando a responsabilidade e o engajamento individual e coletivo na transformação local e global” (BRASIL, 2010).

Em sua análise, Giovanni (2015) afirma que o filme de Maurício de Sousa é rico em estímulos e está em consonância com as orientações norteadas pela Política Estadual de Educação Ambiental e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, pois é adequado aos objetivos propostos, bem como adequado ao público a que se destina. Vale lembrar que a análise do desenho contribui para a eficácia da ação pedagógico de trabalhar a temática da sustentabilidade levando o educando a compreender a simplicidade e a relevâncias das pequenas ações para a preservação do meio ambiente.

Considerações

Para almejar uma transformação social é preciso iniciar a mudança dentro do ambiente mais próximo. A mudança pode partir de iniciativas pedagógicas em sala de aula com novas maneiras de planejar, ensinar e organizar o conhecimento no processo de ensino e de aprendizagem.

Embora a temática Educação Ambiental esteja presente nas legislações educacionais e também em ações de órgãos não-governamentais, muitas vezes pode parecer insistente, mas é uma temática que precisa, a todo momento, ser convocado, considerando o grave

quadro em que o planeta se encontra em questões de sustentabilidade. Giacomini (2010, p. 55) comenta que o “ecocentrismo parece fazer parte de um ramo filosófico secundário para a sociedade moderna, pois defende princípios que colidem com os paradigmas consumistas”.

O processo de conscientização requer levar em consideração sua complexidade, mas, pequenas e grandes atitudes para salvar o planeta são essenciais e, nesse sentido, a Educação Infantil é um momento e um espaço oportuno para desenvolver a sensibilização para as questões sobre o meio ambiente.

As análises realizadas por Giovanni e Huertas apresentam que a proposta de trabalhar a Educação Ambiental na Educação Infantil por meio de animações foi considerada de grande eficácia, na medida em que o conteúdo e os debates delas gerados atendem aos objetivos propostos para se garantir uma educação baseada na formação humana e crítica dos alunos. A articulação dos recursos audiovisuais às propostas da Educação Ambiental possibilita o convite às ações locais e globais ao favorecer novas aprendizagens, incentivar atitudes responsáveis por mobilizar ações pautadas nas políticas públicas de forma lúdica e comprometida com o ensino.

Para haver mudanças a curto ou longo prazo, as questões que geram preocupações residem também na forma de dinamizar a relação do homem com a natureza para que essa relação encontre espaço minimamente sustentável para garantir a qualidade de vida.

Referências

BLIKSTEIN, P. **As novas tecnologias na educação ambiental**. Instrumentos para o jeito de ensinar e aprender na escola. 2007.

BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, UNESCO, 2007.

BRASIL, **Lei n. 9795** de 27 de abril de 1999. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 1999.

BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Meio Ambiente e Saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CARTA DA TERRA. Disponível em <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>. Acesso em 28.10.2014.

FISCHER, R.M.B. **O dispositivo pedagógico da mídia.** Modos de educar na e pela TV. Educação e Pesquisa, São Paulo: v.28. n. 1, 151-162, jan/jun, 2002.

FREIRE, A.M.A. **O legado de Paulo Freire à Educação Ambiental.** In: NOAL, F; BARCELOS, V.H. Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2003.

GIACOMINI, G. **Consumismo e meio ambiente:** discursos de conexões no campo religioso. In: Estudos de Religião. v.24, n. 38, 52-74, jan/jun, 2010.

GIOVANI, A.B. **A utilização do vídeo como instrumento de disseminação de conhecimento sobre meio ambiente sustentável no ambiente escolar.** Monografia. Unicentro/UAB, 2014.

HUERTA, A.C. **Mídia na educação:** o cinema de animação para o ensino de educação ambiental na educação infantil. Monografia. Unicentro/UAB, 2014.

PENTEADO, H.D. **Meio ambiente e formação de professores.** São Paulo: Cortez, 1994.

ROCHA, E. **A sociedade do sonho:** Comunicação, cultura e consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

SATO, M.; OLIVEIRA, H. **Processo formativo Escolas Sustentáveis com a vida.** Brasília: Ministério da Educação, 2010.

SEGURA, D.S. B. **A educação ambiental na escola pública.** São Paulo: Annablume, 2001.

SILVA, S. T.A. Desenho animado e educação. In: CITELLI, A. **Outras linguagens na escola:** publicidade, cinema e TV, rádios, jogos, informática. São Paulo: Cortez, 2001, 109-131.

VIEIRA, T.C. **O potencial educacional do cinema de animação.** Três experiências na sala de aula. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo: 2008.